

PARQUES URBANOS EM ANÁPOLIS (GO): ENTRE A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E A FUNÇÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-095>

Data de submissão: 10/09/2024

Data de publicação: 10/10/2024

Alexandre da Mata Faquim

Arquiteto, mestrando do Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7066744282520027>

Email: alexandrefaquim.13@gmail.com

Janes Socorro da Luz

Doutora em Geografia, docente do Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2231363645294138>

Email: janes.luz@ueg.br

Marcelo de Mello

Pós-doutor em Geografia, docente do Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7977123711908129>

Email: Marcelo.mello@ueg.br

Milena d'Ayala Valva

Pós-doutora em Arquitetura, docente do Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0158041332274314>

Email: milena.valva@ueg.br

Renato de Melo Gonçalves

Licenciado em Geografia, mestrando do Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3474258390789360>

Email: renatoministeriopessoal@gmail.com

Taniele da Silva Brito

Arquiteta, mestranda do Programa de Pós-Graduação Território e Expressões Culturais do Cerrado (PPG TECCER/UEG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2892726733611838>

Email: taniele.brito@aluno.ueg.br

RESUMO

Os parques urbanos são essenciais para a dinâmica socioespacial das cidades, desempenhando um papel fundamental no lazer e na qualidade de vida da população. Este artigo analisa a distribuição e a função social dos parques na cidade de Anápolis-GO, com foco em como esses espaços são apropriados e utilizados pelos cidadãos. A pesquisa mapeia alguns parques, relacionando sua localização histórica e atual com temas de desigualdade socioespacial, especulação imobiliária e a atuação do poder público.

A discussão parte do entendimento de que, apesar das políticas urbanas muitas vezes buscarem democratizar o espaço público, na prática, essas iniciativas tendem a reforçar as desigualdades. A análise demonstra que parques situados em áreas mais valorizadas atraem maior investimento e atividades, enquanto aqueles em regiões periféricas enfrentam abandono e desprezo. Exemplos como o Parque da Cidade e o Parque das Águas ilustram essa disparidade: o primeiro, deteriorado e restringido ao uso local, reflete a exclusão social, enquanto o segundo, bem mantido, serve a um público diversificado. O estudo conclui que a apropriação dos parques por diferentes grupos sociais é influenciada por fatores políticos, econômicos e culturais, destacando a necessidade de uma revisão crítica das práticas urbanas em Anápolis para promover uma distribuição mais justa dos espaços públicos. A pesquisa indica que a valorização do espaço urbano e os discursos de sustentabilidade estão atrelados a interesses mercadológicos, levantando questões sobre a verdadeira função social dos parques na cidade contemporânea.

Palavras-chave: Espaços públicos, Território, Parques.

1 INTRODUÇÃO

Parques são espaços livres abertos e de uso comum destinados ao lazer, tais estes espaços são cobiçados dentro das áreas urbanas, pois correspondem a lugares fundamentais nas dinâmicas socioespaciais que repercutem na dimensão cotidiano da população.

As disputas por espaços que promovam lazer e qualidade de vida produzem benefícios à saúde física e mental, impactando de forma significativa na valorização do território, enquanto espaço usado. Nesse sentido, a atuação do poder público por meio das ações que visem o desenvolvimento de políticas urbanas é fundamental no processo de democratização dos espaços públicos presentes no espaço urbano. Todavia, conforme alerta Machado (2023, p. 70), “[...] por vezes, as políticas públicas, por mais que apareçam como democráticas na lei, na prática, se desdobram, ampliando as desigualdades socioespaciais urbanas, características das cidades capitalistas”.

De início, faz-se necessário compreender, não apenas o aspecto existencial do parque, mas, também, o respectivo processo de implantação para entender se o mesmo, enquanto espaço público, cumpre uma função social no espaço urbano.

A presente discussão que tem a cidade de Anápolis-GO como objeto de análise, com o intuito de mapear os parques e suas devidas distribuições a fim de identificar suas relações socioterritoriais, analisando as relações cotidianas em cada um destes espaços. Em tese visa compreender de forma mais abrangente como as pessoas vivem e se apropriam dos espaços dos parques na cidade.

Consideram-se os fatores comportamentais ligados ao uso e análise da paisagem como peças importantes para a interpretação destes espaços, essa percepção tanto de valor quanto de qualidade do espaço é percebida no primeiro momento por meio da relação do usuário com a paisagem. Assim, entendemos que se naquele local as necessidades básicas da vida urbana são supridas, ao identificar as características inerentes a espaços urbanos considerados de qualidade, nossa percepção sobre o valor e qualidade deste espaço vai ser construindo.

Pois, as relações sociais são construídas a partir da forma como utilizamos e nos apropriamos dos espaços, conforme enfatizamos neste trabalho sobre espaço público, com foco nos parques urbanos destinados ao lazer e interações sociais.

No contexto que tange às relações sociais, nas quais se materializa a ação humana, Santos (1988, p. 71), aponta que estas “não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo, a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos”. O autor também agrega à discussão a questão dos agentes, identificados como sujeitos que possuem múltiplas e diferentes relações sociais que se materializam espacialmente, até mesmo, em momentos diferenciados.

A presença de espaço público de qualidade está diretamente ligada a essa percepção do uso do mesmo pela comunidade. Quando uma área conta com um parque, praças, calçadas amplas e um fluxo constante de pessoas praticando esportes e brincando com crianças, a noção de segurança vinculada a esses espaços muda significativamente. Isso, por sua vez, influencia a percepção de áreas que carecem de infraestrutura urbana.

Por sinal, quando nos deparamos com situações em que os parques estão localizados em regiões da cidade com uma valorização imobiliária e territorial acentuada, notamos que o interesse público muitas vezes converge com os interesses privados. Nesses casos, a qualidade da infraestrutura urbana se torna um fator importante, refletindo-se na disponibilidade de transporte público, nas distâncias mais curtas a serem percorridas e na maior oferta de rotas, equipamentos e serviços.

Certamente, a forma capitalista de produção dos espaços destinados à especulação imobiliária é influenciada por diversos fatores de extrema relevância que configuram o valor desse território e, conseqüentemente, o poder aquisitivo de quem irá desfrutar dessa infraestrutura. Esses fatores, vêm ao encontro do que rege a construção do espaço e da paisagem nas cidades. Santos (1988) apresenta como:

O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade (Santos, 1988, p.25).

Essa dialeticidade entre espaço e sociedade também se reflete nas percepções que cercam as iniciativas privadas. A crença de que a presença de iniciativas privadas transforma os espaços urbanos em áreas com atividades mais positivas e benéficas do que aquelas administradas pelo poder público fortalece essa conexão. Esse fenômeno faz com que, mesmo entre as populações mais vulneráveis, o espaço privado seja visto como algo não apenas positivo, mas também desejável e alcançável. No entanto, essa centralização da produção do espaço em função de interesses específicos de uma parcela da sociedade ignora a necessidade de uma distribuição mais equitativa dos equipamentos urbanos. Como Carlos (2015) argumenta, essa dinâmica reflete o modelo de acumulação capitalista em que vivemos e as relações sociais que se produzem em seu âmbito. Assim, o acesso privilegiado de alguns à cidade contrasta com a ausência total de acesso de outros, evocando um processo de barbárie urbana.

Uma desigualdade que se assenta na posse centralizada da riqueza social gerada por toda uma sociedade nas mãos de uma classe social, que é também detentora do poder, e que permite estabelecer as condições de sua reprodução numa aliança entre os planos políticos e econômicos contra o social, (Carlos, 2015, p.43).

Aqui também tem uma disputa de narrativas, pois, a partir do momento em que os espaços dos parques que não foram engolidos pela especulação imobiliária são vistos como menos valorosos, cabe analisar a quem a narrativa do direito ao espaço público. As consequências da associação público-privado, como apontado por Carlos (2015), são parte do processo de manutenção das desigualdades, afetando regiões menos favorecidas em detrimento do valor atribuído ao espaço.

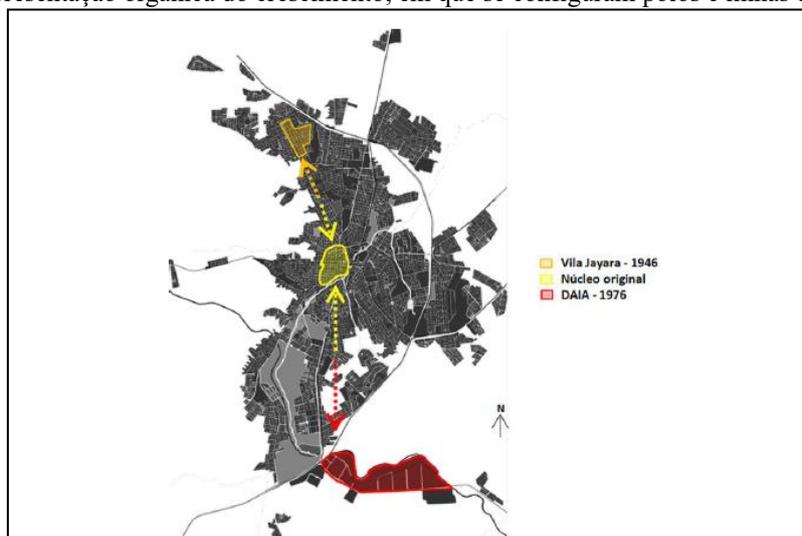
Nessa direção, a questão da localização dos parques da cidade é um ponto central para a compreensão da dinâmica de produção do espaço urbano. Seriam os parques exemplos de equipamentos que contribuem para que estas áreas sejam consideradas consolidadas de alto padrão? Ou a localização de parques em áreas situadas fora do centro da cidade ou de maior valorização imobiliária, rompe com os desequilíbrios e injustiças nas distribuições de equipamentos pelo território da cidade?

A cidade, assim como aponta Harvey (2005, p. 176), dentro do contexto urbano capitalista “tem que parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para se divertir-se e consumir”. O urbanismo mercadológico, fundamentado no ideal de consumo, impacta de forma ampla na produção do espaço público e na qualidade urbana das cidades. Esses movimentos focados exclusivamente no mercado, sem considerar o bem-estar social, ampliam as desigualdades sociais presentes nas áreas urbanas.

2 OS PARQUES NA CIDADE DE ANÁPOLIS

Historicamente, o espaço urbano de Anápolis se desenvolveu acompanhando o eixo norte-sul. Esses fatores são cruciais na decisão de implantação dos espaços públicos, que não estão distantes desse eixo de desenvolvimento. Observando as imagens (Figura 1), é possível verificar que as divisões de implantação são claras, destacando-se um parque em cada extremidade do eixo norte-sul.

Figura 1: Representação orgânica do crescimento, em que se configuram polos e linhas de crescimento.



Fonte: Medeiros, 2016.

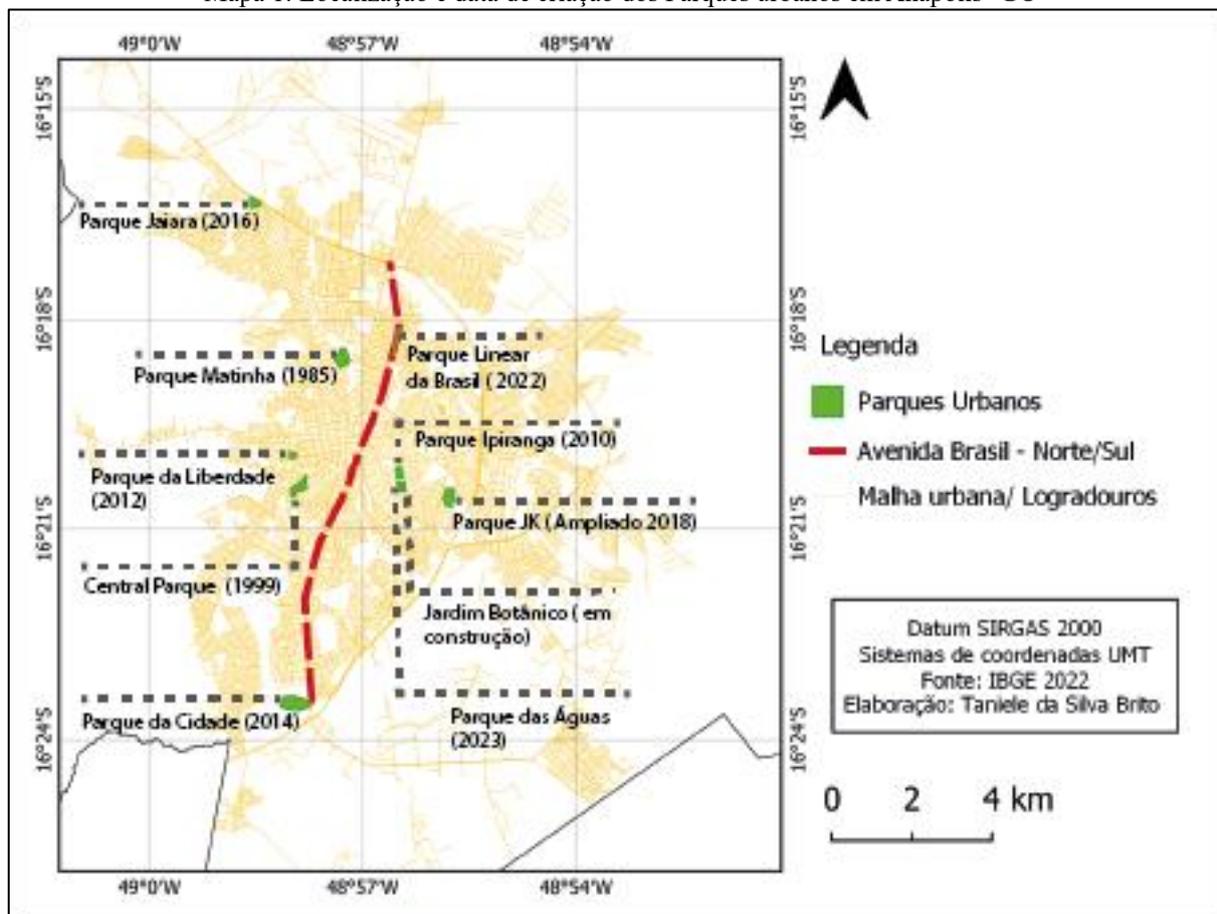
Em uma análise sintética do território ocupado pela cidade de Anápolis, a área central apresenta características comuns aos centros urbanos que concentram serviços e atividades diversificadas, desde a origem do núcleo urbano, no início do século XX. No entanto, o processo de expansão urbana ao longo do tempo promoveu a descentralização e o surgimento de novas centralidades, manifestando-se tanto em subcentros quanto na presença do eixo comercial da Avenida Brasil, que se estende linearmente de norte a sul, conforme destaca Medeiros (2016, p. 7).

Ao passo que o núcleo urbano original foi se consolidando, os dinamizadores externos continuaram sendo decisivos ao longo dos anos para a conformação da configuração morfológica de Anápolis ao gerar os “polos de crescimento” em sequência aos polos iniciais determinados pela matriz e estação ferroviária.

A partir do conceito de segregação de classes sociais, Villaça (2001), define como um processo no qual diferentes classes sociais tendem a se concentrar em diferentes regiões ou conjunto de bairros. Certamente que as relações territoriais são distintas das vistas em uma metrópole, pois, no caso de uma cidade média como Anápolis, essas relações de segregação acontecem porém em uma escala menor.

Nessa perspectiva, entender e identificar onde os parques estão dentro do território nos faz ter uma melhor noção dos processos de segregação e direcionamento dos investimentos destinados aos espaços públicos na cidade. Com isso, foram levantados os seguintes parques urbanos (Mapa 1), a fim de compreender sua inserção no território: Parque Antônio Marmo Canedo (Parque da Matinha); Parque linear da Avenida Brasil Norte; Parque da Ipiranga; Parque das Águas; Parque JK; Parque da Cidade; Parque da Jaiara; Central Parque Senador Onofre Quinan; e, Parque da Liberdade.

Mapa 1: Localização e data de criação dos Parques urbanos em Anápolis -GO

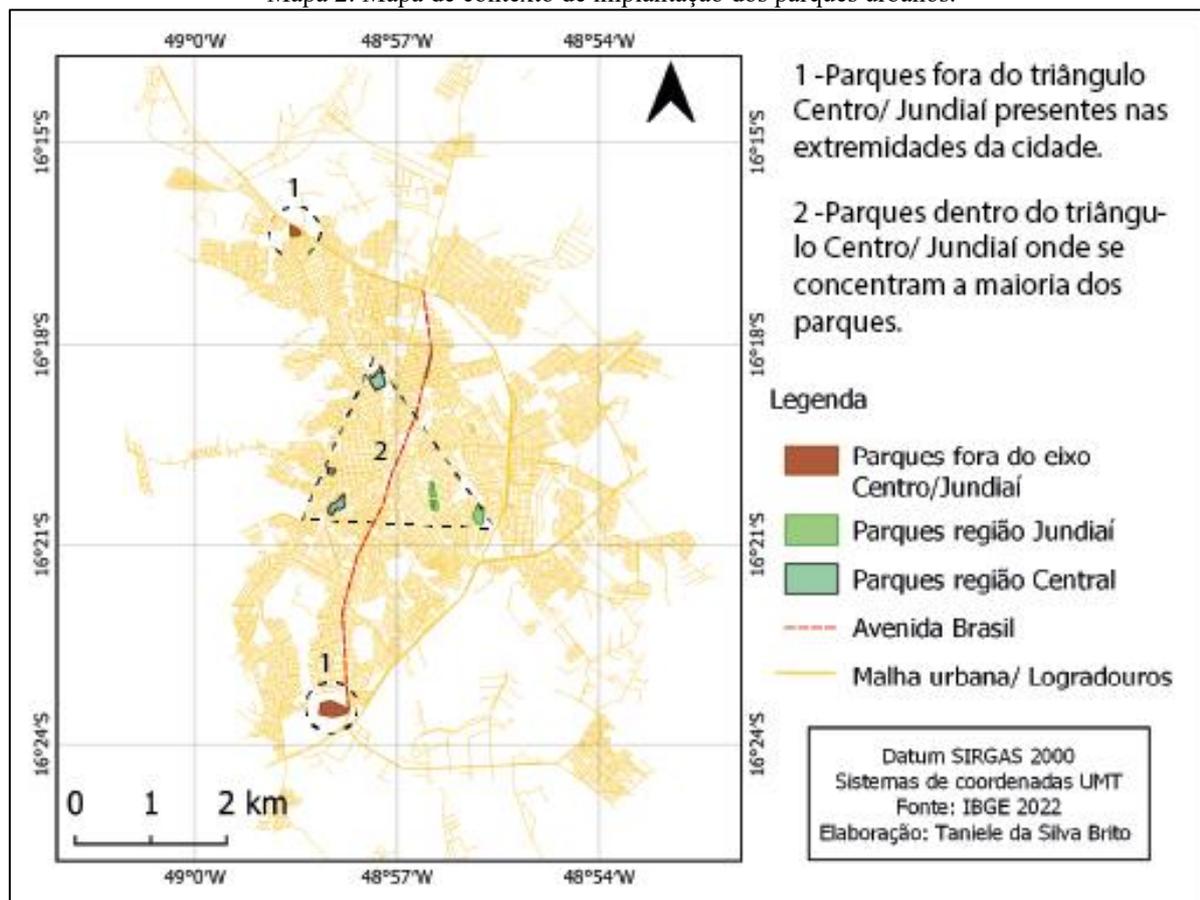


Ao identificar, datar e nomear os parques, entendemos que cada um deles se insere em um contexto específico, seja de concentração ou de distanciamento. Isso nos permite compreender os impactos desses parques e os reflexos sociais e territoriais associados à sua implementação em cada região da cidade de Anápolis.

A análise da intencionalidade na implantação dos parques pode ser observada por meio de suas datas de criação. Os parques mais antigos concentram-se na região central, refletindo o foco do desenvolvimento urbano e especulativo que predominou durante seus respectivos períodos de implantação. A consolidação do Parque Ipiranga marca o surgimento de uma nova área de interesse, que, embora ligada à área central, apresenta características de nova centralidade. Essa transformação, impulsionada pelo capital especulativo privado associado aos interesses públicos, converte o espaço em um dos mais cobiçados do município. Essa dinâmica ocorre dentro de um contexto de desenvolvimento urbano que difere daquele vivido a partir da década de 1980, quando foram instalados os primeiros parques urbanos.

Inclusive, é possível identificar uma predominância de implantação destes parques na região triangulada na parte central da cidade que engloba o centro tradicional e o Bairro Jundiá e imediações (Mapa 2).

Mapa 2: Mapa de contexto de implantação dos parques urbanos.

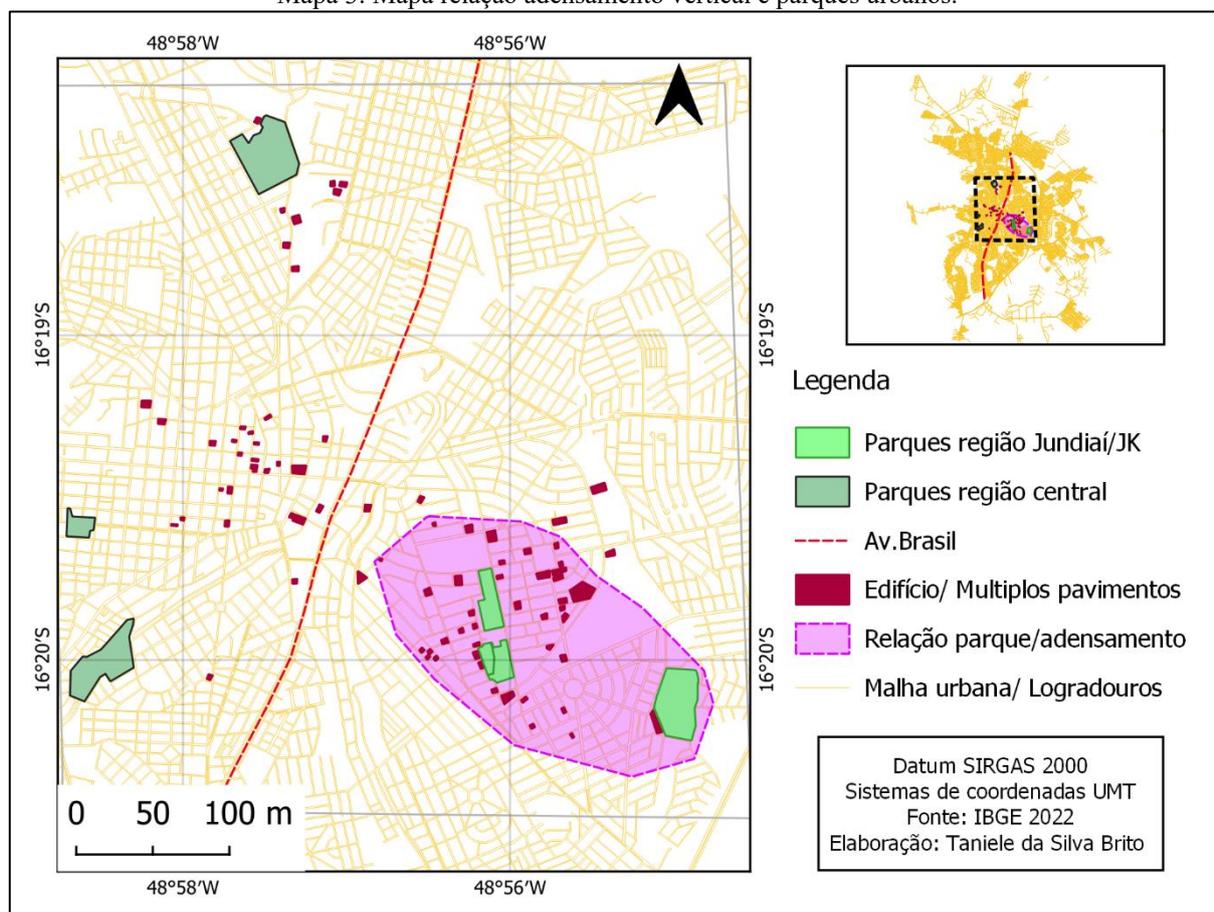


Sobre a questão do uso do espaço, controle e poder, Serpa (2021, p. 17) aponta que

Na cidade contemporânea o parque público é um meio de controle social sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que em última instância, procuram multiplicar o consumo e valoriza o solo urbano nos locais onde são aplicados.

Em suma, há intencionalidades mercadológicas e, muitas vezes, aliadas aos interesses políticos, por trás dos investimentos em infraestrutura que influem na distribuição de tais equipamentos públicos pelo território da cidade. Todavia, vale ressaltar que a criação de um parque urbano com equipamentos diferenciados agrega valor ao espaço e contribui para o adensamento urbano, conforme é possível verificar no Mapa 3.

Mapa 3: Mapa relação adensamento vertical e parques urbanos.



A relação entre os parques e a especulação imobiliária dentro do Bairro Jundiaí e JK são evidentes (Mapa 3), como aqui tratamos também do tema especulação imobiliária e dentro do contexto do Jundiaí sobretudo no entorno do parque Ipiranga essas relações são latentes.

Conforme aponta Cabral et al. (2020), o processo de verticalização em Anápolis teve início na década de 1970, no centro pioneiro da cidade, e se intensificou a partir da década de 1990, chegando ao bairro Jundiaí. Com a implantação do Parque Ipiranga, o número de empreendimentos na região teve um salto expressivo em comparação ao que se observava anteriormente. Os edifícios são relativamente novos, e suas construções impulsionadas pela criação do Parque Ipiranga, que adotou uma estratégia de marketing voltada para o ambiental e ecológico, recebendo também o claro incentivo da prefeitura, que endossa esse discurso.

A partir de 2010 a Prefeitura Municipal de Anápolis incorporou o lema de “cidade sustentável”, tendo por base o Plano Diretor de 2006 que afirma ser seu princípio norteador o disposto no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 que rege o direito a cidades sustentáveis. Conforme noticiou o Jornal Opção (4 a 11 de setembro de 2011), o Prefeito Antônio Gomide estaria dando um enfoque especial aos parques desde que assumira a Prefeitura em 2009, tendo revitalizado os parques existentes no primeiro ano de gestão, e, no decorrer do segundo ano construído o Parque Ambiental Ipiranga (Medeiros, 2016, p. 17, grifos do autor).

Outros fatores que deverão impulsionar e tornar o entorno do Parque Ipiranga ainda mais atrativo para a especulação imobiliária são a criação de espaços recentes, como o Parque das Águas e o Jardim Botânico, todos localizados próximo uns dos outros, com os dois últimos integrados.

Essa proximidade de equipamentos de grande porte em áreas já valorizadas levanta o questionamento da razão pela qual outras regiões do município não recebem a mesma atenção com relação aos altos investimentos em infraestrutura nos espaços públicos.

Em um outro contexto, percebe-se também uma quantidade expressiva de edifícios de múltiplos pavimentos no bairro central, entretanto a relação entre edifícios e parques é completamente diferente. Isso se dá pela consolidação do centro pioneiro até mesmo antes da criação dos parques, esse centro está muito ligado as atividades comerciais e de serviços.

Assim, percebe-se a distância entre os edifícios e os parques na região central. Esse fator, relacionado ao valor do território em função do uso dos parques, difere do que ocorre no entorno dos parques em Jundiaí. Nesse contexto, esses parques caracterizam-se como locais de uso comunitário. A presença dos parques nos bairros contribui para promover o discurso da sustentabilidade, que foi apropriado pelo mercado imobiliário. Isso, por sua vez, serve para justificar a existência de amenidades na área e a possibilidade de uma qualidade de vida superior.

Ao visitar os espaços dos parques centrais, é possível identificar um padrão de uso por parte da população que reside nas proximidades. Os moradores relatam que, mesmo sem uma grande movimentação, houve uma melhora significativa em termos de segurança, por exemplo.

Pois a acessibilidade não é somente física mas também simbólica, e a apropriação dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico dos novos parques. Muitos desses lugares permanecem invisíveis para a maioria da população, que não dispõe do capital escolar para se apropriar das linguagens projetuais e do repertório e utilizado no desenho urbano contemporâneo (Serpa, 2021, p.57).

Esses fatores relacionados às diferenças e vivências de determinados públicos estão diretamente ligados ao valor do território. A região central e suas áreas adjacentes são financeiramente menos valorizadas quando comparadas aos imóveis na região de Jundiaí. Isso ocorre, em parte, porque, até o momento, não tem sido conveniente para os especuladores imobiliários gentrificar essas áreas em detrimento da valorização e especulação dos espaços públicos.

Na sequência, destacamos a realidade do uso de parques, que se encontram em extremos no que tange à localização e valorização imobiliária, assim como à atenção que recebe do poder público para a sua manutenção.

3 VIVÊNCIAS COTIDIANAS NOS EXTREMOS

No que diz respeito ao uso e valorização dos parques em Anápolis, a análise das cotidianidades foi realizada entre o Parque da Cidade e o Parque das Águas. Essa leitura ocorreu a partir de visitas aos parques em horários geralmente frequentados pela população, com o objetivo de observar os tipos de uso que estabelecem a relação cotidiana dos usuários com cada um deles. Assim, foram selecionados o Parque da Cidade e o Parque das Águas.

O primeiro parque a ser detalhado é o Parque da Cidade. Este parque surgiu a partir de acordos judiciais destinados à reparação de danos ambientais decorrentes da construção da Ferrovia Norte-Sul, cujo trajeto urbano passa por um fundo de vale que contém nascentes. Nesse contexto, percebe-se que as pessoas se apropriam do espaço de forma intensa, embora o parque apresente um estado de deterioração significativo e careça de manutenção. Ele é utilizado principalmente por moradores das proximidades. Mesmo com a precariedade do local, as pessoas o aproveitam para acampar, pescar, fazer churrasco e tomar banho, especialmente nos fins de semana.

Ao visitar o parque, foi possível perceber uma hostilidade por parte das pessoas que o frequentam em relação à presença de indivíduos desconhecidos. Essa reação pode ser interpretada como uma expressão de pertencimento, uma vez que, apesar de o parque ser de dimensão e alcance municipal, ele foi completamente negligenciado pelo poder público, assim como pela própria população da cidade, que também não o considera um local atrativo. A atitude dos frequentadores em relação ao espaço do parque deixa claro que pessoas "estranhas" não são bem-vindas. Mesmo sendo um dos maiores parques da cidade, é notável como ele se tornou uma espécie de extensão do quintal de quem o frequenta regularmente.

Figura 2: Parque da Cidade, 2023



Fonte: Taniele Brito (2023).

Na imagem, é possível visualizar famílias utilizando o lago para pescar, tomar banho e fazer piqueniques à sombra das árvores. No entanto, em contrapartida a essa visão bucólica, há uma sensação de insegurança que pode estar ligada ao fato de o parque estar localizado em uma região periférica, próximo ao trevo que conecta a cidade ao distrito industrial e à BR 153/060. De um dos lados do parque, há dificuldade de acesso à malha urbana, enquanto do outro lado ele é cercado pela rodovia, pelos trilhos da Ferrovia Norte-Sul e pelo Centro de Detenção Juvenil. Assim, a hostilidade pode estar presente no cotidiano dessas pessoas, e a sensação de espaço “invadido” pode ser uma fonte de desconforto.

Diversos fatores impactam a situação do Parque da Cidade, tornando-o um espaço abandonado. Fatores sociais, econômicos e políticos, aliados à total ausência de manutenção, contribuem para a criação de um ambiente em que preconceitos se consolidam, refletindo paradigmas na cidade de Anápolis.

O segundo parque destacado é o Parque das Águas. A relação entre o território e o poder público que se manifesta no Parque das Águas contrasta com o que se observa no Parque da Cidade. Apesar do tamanho do Parque das Águas ser significativamente menor, ele foi criado em um contexto de valorização do entorno do parque Ipiranga, atraindo famílias de diversas regiões e possuindo um alcance em escala municipal.

As relações são opostas porque, no Parque das Águas, que se situa em um eixo de elevada valorização territorial especulativa e faz parte de uma rede mais ampla de espaços públicos do município, há um constante investimento e manutenção, tanto por parte do poder público quanto de interesses privados. Isso garante que o parque não se deteriore, ao contrário do que ocorreu no Parque da Cidade.

A intencionalidade do investimento se reflete nessa relação. Se, por exemplo, a classe social atualmente residente em Jundiá ocupasse a área em torno do Parque da Cidade, as condições de abandono, exclusão e segregação não estariam presentes naquele espaço.

Figura 3: Entorno do Parque das Águas, 2023



Fonte: Taniele Brito (2023).

O entorno do parque é caracterizado por prédios de alto e médio padrão, com o parque situado literalmente à porta. Apesar das questões apresentadas, o parque, devido à sua importância municipal, recebe visitantes de diversas partes da cidade e, em conjunto com o Parque Ipiranga, centraliza atividades de resistência, como as batalhas de hip-hop.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques urbanos são equipamentos cruciais nas dinâmicas urbanas. Cada território possui características e particularidades únicas, e a maneira como esses espaços são apropriados varia conforme a região em que estão inseridos. Essa apropriação é influenciada por fatores políticos, sociais, mercadológicos, além de questões de raça e classe. Diversos elementos determinam a percepção que se tem dos parques urbanos nas cidades.

É fundamental realizar essa análise considerando a configuração histórica da cidade e sua configuração contemporânea, bem como os impactos das interações atuais. Isso auxilia na compreensão dos indivíduos afetados em diferentes realidades socioespaciais.

Observa-se que a cidade apresenta um discurso desenvolvimentista que abrange outras narrativas, como a sustentabilidade, especialmente no contexto dos parques urbanos, frequentemente chamados de parques ambientais. Embora exista, de fato, uma relação ambiental com esses espaços, a conotação muitas vezes predominante é a mercadológica.

Os parques urbanos desempenham um papel essencial nas dinâmicas das cidades contemporâneas, funcionando como importantes equipamentos sociais que moldam a vida urbana. Cada parque possui características e particularidades que refletem a região em que se insere, e a apropriação desses espaços pela população local é influenciada por uma teia complexa de fatores, incluindo pressões políticas, condições sociais, dinâmicas mercadológicas e questões de raça e classe. Assim, a percepção e o valor atribuídos aos parques urbanos variam significativamente de acordo com o contexto específico de cada território.

A análise deste estudo revela a necessidade de uma compreensão profunda das interações entre os parques e as realidades socioespaciais nas quais estão inseridos. A historicidade das cidades, associada à transformação de seus espaços públicos, proporciona uma base para entender como diferentes grupos sociais vivenciam e se apropriam desses territórios. É preciso destacar que, embora a implementação de parques urbanos em Anápolis-GO esteja associada a um discurso de desenvolvimento sustentável, a realidade mostra que essa narrativa muitas vezes esconde interesses mercadológicos que influenciam a distribuição e a qualidade desses espaços.

Além disso, a segregação espacial e a desigualdade de acesso a parques e áreas verdes de qualidade continuam a ser questões prementes, onde a relação público-privado muitas vezes resulta em benesses para determinados grupos sociais em detrimento de outros. Essa realidade aponta para um desafio significativo para o poder público: garantir que a criação e manutenção de parques não sejam apenas um reflexo de interesses especulativos, mas que sirvam efetivamente à promoção do bem-estar social e da equidade urbana.

Essas considerações ressaltam a importância de um planejamento urbano que não apenas reconheça a necessidade de espaços verdes, mas que também considere as diversas vozes e experiências da comunidade. Portanto, ao refletirmos sobre os parques urbanos da cidade, é fundamental que as políticas públicas lutem pela democratização do espaço, assegurando um acesso privilegiado a todos, independentemente de classe social ou localização geográfica. Isso não apenas enriqueceria a vida urbana, mas também fortaleceria o tecido social e a coesão comunitária, contribuindo para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

A proposta final deste estudo, portanto, é que as futuras intervenções urbanas, especialmente aquelas relacionadas aos espaços públicos e parques, sejam orientadas por princípios de equidade e acessibilidade, buscando sempre o bem-estar de toda a população, em vez de favorecer a especulação imobiliária que perpetua desigualdades históricas. Em última análise, a transformação dos parques urbanos em verdadeiros espaços de convivência e inclusão social é uma tarefa que requer compromisso e colaboração entre a sociedade civil e o poder público.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Ana Laura Lopes et al. Apropriação do meio natural e a construção da paisagem urbana: análise dos impactos da implantação do Parque Ipiranga no Bairro Jundiá em Anápolis (GO). Dma: Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 54, n. 1, p. 343-361, 24 nov. 2020.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (org.). A Cidade Como Negócio. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 272 p.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. As áreas designadas para parques públicos na periferia de Uberaba-MG: usos sociais e impasses da política urbana. Revista Rural & Urbano, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 67-86, 19 jun. 2023. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2525-6092.2023.255788>.
- HARVEY, David. A produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.,
- MEDEIROS, Wilton de Araújo. Iv Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 4., 2016, Porto Alegre. Paisagem urbana e sistema de espaços livres a partir da análise morfológica e comparativa entre três parques de Anápolis: Paisagem urbana e sistema de espaços livres. Porto Alegre: Anparq, 2016. 25 p. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2030/S30-03-MEDEIROS,%20W.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. Hucitec. São Paulo 1988.
- SERPA, Angelo. Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2021. 128 p.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373 p.